

Processo n.º: 00600-00007251/2023-41-e

Origem: então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – Seplad/DF (atual¹ Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF)
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação, com pedido de medida cautelar, oferecida pelo Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários do Distrito Federal - SINDIVACS/DF, em virtude de potenciais irregularidades na omissão da Administração em efetivar o pagamento (piso salarial/adicional de insalubridade) na forma prescrita na Emenda Constitucional n.º 120/2022. Decisão n.º 3.279/2023: conhecimento da representação e abertura de prazo de 5 dias para que a Seplad/DF e a SES/DF prestassem esclarecimentos quanto aos fatos representados. Sefipe/TCDF propõe a procedência parcial e determinação às jurisdicionadas. Parecer ministerial convergente. Despacho Singular n.º 700/2023 - GCIM: concessão de cópia dos autos e designação da sustentação oral pleiteada pelos patronos do Sindivacs/DF, a Sra. Juliana Almeida Barroso Moreti - OAB/DF 21.249 e o Sr. Danilo Oliveira Silva - OAB/DF 52.610, para a data de 21.02.2024. Decisão n.º 337/2024: adiada a discussão da matéria, à vista dos argumentos apresentados pela defendente e a concessão de dez dias para juntada de memoriais. **Nesta fase**: exame de mérito da Representação. Sefipe/TCDF sugere considerar parcialmente procedente a demanda, determinar às jurisdicionadas que adotem as medidas necessárias e suficientes a fim de dar efetivo cumprimento ao comando constitucional insculpido § 10 do artigo 198 da CRFB, com a regulamentação do grau de insalubridade a que estão submetidos os citados servidores. Parecer ministerial convergente. VOTO em harmonia com as unidades instrutiva e ministerial, com acréscimo no sentido de fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o atendimento da determinação ora expedida.

RELATÓRIO

Tratam os autos de representação, com pedido de medida cautelar, oferecida pelo Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários do Distrito Federal – SINDIVASCs/DF, por meio de seus patronos, em razão de supostas irregularidades na omissão da Administração Pública em efetivar o pagamento do piso salarial e do adicional de insalubridade, na forma prescrita na Emenda Constitucional n.º 120/2022 (e-DOC FD649B02-e, peça 19).

A entidade representante requer o seguinte:

- “a) A admissão da presente representação por atendimento aos pressupostos contidos no art. 1º, XIX, e art. 230, VIII, § 2º, da Resolução nº 296/2016;*
- b) A intimação da Secretaria de Estado de Saúde – SES e da Secretaria de Estado de Economia – SEEC para que se manifestem no presente feito;*

¹ Nos termos do Decreto Distrital n.º 45.433/2024.

c) Com fulcro no art. 277, e art. 119, § 3º, da Resolução nº 296/2016, a **concessão de medida cautelar** em face à mora administrativa e ao prejuízo financeiro e funcional sofrido pelos servidores, a fim de **determinar o pagamento dos adicional de insalubridade aos servidores representados pelo Sindicato Representante, no percentual de 10% (dez por cento)**, dando efetividade ao disposto na Constituição, incluído pela EC nº 120/2022, que acrescentou o §10 ao art. 198, até que sejam elaborados os LTCATS individuais ou coletivos, de acordo com a fundamentação exposta na presente peça e que ocorra o julgamento de mérito pelo Plenário da presente demanda;

d) No mérito, a procedência da presente representação, determinando-se à SES/DF e a SEEC que adotem os procedimentos necessários a fim de implementarem o que preceitua a EC nº 120/2022 relativamente a concessão do **adicional de insalubridade**, bem como que procedam em prazo estabelecido por esta Corte de Contas, os procedimentos necessários para a elaboração de LTCAT em favor dos servidores representados e implementação do percentual devido aos servidores;

d) No mérito, a procedência da presente representação, a fim de que seja determinado ao Distrito Federal a observância de piso salarial aos servidores em consonância com o art. 198, § 5º, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 63/2010 e 120/2022, **entendendo-se como piso salarial o valor relativo ao vencimento básico**;

e) No mérito, a procedência da presente representação, a fim de que seja determinado ao Distrito Federal que proceda com a **paridade remuneratória** dos servidores integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei Distrital nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013, **com a tabela salarial prevista no anexo da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006**, de acordo com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.170, de 2023;

f) Seja facultada a parte representante nos termos do art. 128, e art. 230, § 3º, da Resolução nº 296/2016, a apresentação das provas que se fizerem necessárias para o deslinde do feito, inclusive sendo oportunizado a parte representante quando da remessa dos autos ao Plenário para julgamento realizar sustentação oral na forma do art. 136 da Resolução nº 296/2016;

g) Que as intimações e publicações sejam feitas preferencialmente em nome do Dr. ULISSES RIEDEL DE RESENDE, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 968.”

Na Sessão Ordinária n.º 5350, de 26.07.2023, esta Corte de Contas conheceu da Representação e concedeu prazo para manifestação do órgão jurisdicionado, nos termos da **Decisão n.º 3.297/2023** (e-DOC B6C483ED-e, peça 31), transcrita a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer: a) da representação (e-DOC FD649B02-e, peça 19), bem como dos anexos que a acompanha, ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF; b) da Informação n.º 53/2023 – Gab/Sefipe (e-DOC 8F0D32D8-e, peça 22); c) do Parecer n.º 672/2023 – G3P (eDOC A432CCF6-e, peça 25); II – com fulcro no art. 277, § 3º do RI/TCDF, fixar o prazo de 5 (cinco) dias para

que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – Seplad/DF e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF se manifestem sobre os fatos representados; III – dar ciência desta decisão ao Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários do Distrito Federal – SINDIVASCS/DF, por meio de seu patrono, Ulisses Riedel de Resende, inscrito na OAB/DF sob o n.º 968, conforme requerido na exordial; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da representação (e-DOC FD649B02-e, peça 19), bem como dos anexos que a acompanha, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – Seplad/DF e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF para subsidiar o atendimento do previsto no item II precedente; b) o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para acompanhamento e demais providências de sua alçada.”

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, em atendimento ao *decisum*, encaminhou o Ofício n.º 6605/2023 - SES/GAB (e-DOC 15E74129, peça 44).

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 80/2023 – 2ª DIFIPE (e-DOC DF471694-e, peça 61), analisou o feito conforme excerto reproduzido a seguir:

“16. A Diretoria de Pagamento de Pessoal da SES/DF (e-doc 15E74129, peça 44, fls. 56/58) informa que ‘embora o § 9º do Art. 198 da Constituição Federal determine que o vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou seja, R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais), conforme valor do salário mínimo estabelecido pela Medida Provisória nº 1.172/2023, na legislação distrital o vencimento das carreiras em questão encontra-se regulamentado pela Lei 5.237, de 16 de dezembro de 2013, a qual apresenta em seu Anexo I a tabela de vencimentos que teve seus valores reajustados em atendimento à Lei nº 7.253/2023’.

17. Quanto ao adicional de insalubridade, defende que ‘a autorização do seu pagamento para os servidores da SES está condicionada à avaliação feita a partir do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), sendo a concessão lançada de acordo com o grau indicado no LTCAT e a partir da data do início das atividades na lotação indicada no laudo, sendo a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SUBSAUDE/SEPLAD) o órgão competente para emitir o LTCAT, documento imprescindível para a concessão do referido adicional’.

18. Por sua vez, a SEPLAD/DF encaminhou o Ofício nº 6834/2023 - SEPLAD/GAB (e-doc 272E5458, peça 53) e documentação anexa (peças 46 a 52), contendo as respostas daquela pasta aos requerimentos do sindicato representante.

19. Afirma que ‘tendo em vista as inúmeras demandas já encaminhadas a esta Pasta solicitando alterações na Carreira em pauta, registra-se que compete à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal SES/DF, em conjunto com a Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS/SES e a Subsecretaria de Vigilância à Saúde - SVS/SES, proceder a estudos necessários, com base no estabelecido na Lei nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013, na Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014 e na

Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, com vistas à subsidiar decisão superior em busca de solução a tantas demandas recorrentes, consoante análise realizada pela Diretoria de Carreiras e Remuneração no Despacho SEPLAD/SEGEA/SUGEP/UACEP/DICAR (119894524)'.

20. Quanto ao adicional de insalubridade, destaca o 'Despacho SEPLAD/SUBSAUDE/COPSS/GST (119896141), constante no Processo nº 04033- 00013031/2023-17, no qual consta manifestação, de maneira detalhada, acerca da análise de Minuta de Projeto de Lei que visa regulamentar o direito previsto da Emenda Constitucional nº 120/2022, acerca da concessão do Adicional de Insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde, tramitado a esta Pasta em momento anterior'.

21. No citado despacho (peça 51), a Gerência de Segurança do Trabalho da SEPLAD/DF, em resposta ao requerimento do SINDIVACS, asseverou que 'parece razoável que seja regulamentado o adicional de insalubridade aos profissionais representados pelo SINDIVACS-DF, no entanto, mostra-se desarrazoada a pretensão de que o adicional seja pago em grau máximo e sem que haja a demonstração de efetiva exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos', razão pela qual sugeriu 'a criação de um grupo de trabalho, a fim de regulamentar a concessão do Adicional de Insalubridade aos servidores integrantes dos cargos Agente Comunitário de Saúde e Agente de Vigilância Ambiental em Saúde'.

22. Com relação ao piso salarial estabelecido na EC nº 120/2022, esclareceu a Diretoria de Carreiras e Remuneração da então SEEC/DF (peça 50) que 'o valor da remuneração dos servidores do cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) está acima do valor estipulado no § 9º da EC nº 120/2022, não vislumbrando assim ser necessária nenhuma ação governamental para que se implemente a adequação salarial requerida', tendo em vista ter se considerado para a aplicação dos 02 (dois) salários-mínimos não o vencimento básico, mas a remuneração dos servidores representados.

23. Acerca da paridade remuneratória, a SEPLAD/DF, no Ofício nº 6834/2023 - SEPLAD/GAB (e-doc 272E5458, peça 53), repisa que 'as questões reivindicadas demandam, inicialmente, do órgão responsável pela Carreira, qual seja, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, estudos técnicos, inclusive, no que tange às questões jurídicas, orçamentárias e financeiras, abrangência do pleito e elaboração do impacto financeiro'.

24. Informa, ainda, que tramita no STF o RE 1.279.765/BA, cuja repercussão geral restou reconhecida, gerando o Tema nº 1.132 (constitucionalidade da aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias - previsto no artigo 198, § 5º da Constituição Federal², na redação dada pela Emenda Constitucional 63/2010, e instituído pela Lei 12.994/2014 - aos servidores estatutários dos entes subnacionais, bem como o alcance da expressão piso salarial), ainda pendente de julgamento.

² Nota de rodapé original n.º 1: § 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)

25. Assim, expostos os esclarecimentos apresentados pelos jurisdicionados, passa-se, diretamente, à análise de mérito da presente representação, tendo em vista o disposto no artigo 277, § 6º do RI/TCDF (Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016)³, acerca da possibilidade de formulação imediata da proposta de mérito pela Unidade Técnica, quando o estado do processo assim o permitir, após recebidas as manifestações das partes quanto às oitivas determinadas previamente à análise de medidas cautelares.

26. Preliminarmente, cumpre esclarecer que, no Distrito Federal, os Agentes de Combate às Endemias correspondem ao cargo de Agente de Vigilância Ambiental em Saúde, conforme se observa das atribuições do cargo dispostas na Lei distrital nº 5.237/2013 (art. 8º)⁴, na Portaria Conjunta nº 06/2023 e na revogada Lei distrital nº 3.716/2005, que em seu artigo 1º § 2º definia como 'Agente de Vigilância Ambiental em Saúde aquele que, entre as atribuições definidas no regulamento previsto no parágrafo anterior, **desempenha atividades de combate a endemias**'.

27. Feito o esclarecimento, as irregularidades aventadas pelo representante podem ser resumidas nos seguintes tópicos, que serão analisados na sequência: 1) não pagamento do adicional de insalubridade previsto na EC nº 120/2022; 2) não pagamento do piso salarial previsto na EC nº 120/2022; 3) não observância da paridade remuneratória prevista na Lei federal nº 11.350/2006 (na redação da Lei federal nº 12.994/2014).

DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – EC Nº 120/2022

28. A Emenda Constitucional nº 120/2022 acrescentou os §§ 7º 8º 9º 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

29. Assim, com o advento da mencionada EC nº 120/2022, o artigo 198 da CRFB passou a ter, no acrescido § 10, previsão expressa para inclusão, nos vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, de adicional de insalubridade, em norma, aparentemente, de eficácia plena, uma vez que não remete o intérprete a qualquer norma regulamentadora para exercício do direito.

Art. 198.

[...]

§ 10. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias terão também, **em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade**.

30. Por outro lado, asseveram os jurisdicionados que a concessão do referido adicional carece de regulamentação e que seria necessário demonstrar, caso a caso, a efetiva exposição a agentes químicos, físicos

³ Nota de rodapé original n.º 2: § 6º Recebidas eventuais manifestações das partes quanto às oitivas a que se referem os parágrafos anteriores, deverá a unidade técnica submeter à apreciação do relator análise e proposta tão somente quanto aos fundamentos e à manutenção da cautelar, salvo quando o estado do processo permitir a formulação imediata da proposta de mérito.

⁴Nota de rodapé original n.º 3: Art. 8º O agente de vigilância ambiental em saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante realização de ações de campo e visitas domiciliares ou comunitárias, atuando nos programas de saúde ambiental relacionados a fatores biológicos e não biológicos e controle de endemias, zoonoses e outras ações que se façam necessárias desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

ou biológicos a fim de que o servidor fizesse jus ao adicional de insalubridade.

31. No que se refere à necessidade de demonstração de exposição, caso a caso, aos agentes químicos, físicos ou biológicos, observa-se que essa já era a situação dos mencionados servidores antes da promulgação da EC nº 120/2022, ou seja, mesmo antes da EC nº 120/2022 tais servidores, caso enquadrados nas situações previstas no Anexo 14 da NR nº 15⁵ (aprovada pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego) com exposição aos agentes causadores de insalubridade, fariam jus ao referido adicional, o que tornaria desnecessária, a princípio, a alteração do texto constitucional nos moldes da interpretação tecida pela SEPLAD/DF.

32. Assim, entende-se que com o advento do § 10 do artigo 198 da CRFB, na redação da EC nº 120/2022, passou-se a considerar presumida a exposição dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias aos agentes causadores de insalubridade, 'em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas', quiçá em razão da dificuldade de elaboração dos respectivos laudos (Laudo Técnico das Condições de Trabalho e Perfil Profissiográfico Previdenciário) para trabalhadores que laboram em ambientes variáveis e diversos.

33. Nesse sentido, cabe colacionar os seguintes excertos da exposição de motivos da então PEC 9/2022 (EC nº 120/2022)⁶:

Nesta direção, e ainda no atual estágio econômico-tecnológico-social por que passa a humanidade, não há lugar para procedimentos de 'trabalho sem proteção e sem segurança' que atentam contra o estado geral, biopsicossocial e emocional dos profissionais da saúde, em especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, daí a necessidade de estabelecer, em definitivo, o direito ao adicional de insalubridade para os agentes e aposentadoria especial, ante ao trabalho árduo de sol a sol escaldante, de chuva a chuva, subindo ladeiras, descendo morros, somado ao contato permanente com moradores portadores de doenças infecto-contagiosas, como tuberculose, hanseníase, hepatite, etc., e vetores propagadores de doenças, além da manipulação de larvicida e inseticida, como o themefos granulado, e tantas outras intempéries que enfrentam.

Neste aspecto, tem-se verificado que os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias que estão em atividades há mais de dez anos têm apresentado problemas graves de saúde, contraídos a partir das atividades exercidas em condições como a acima demonstradas, vez que saíram para cuidar da saúde da população e acabaram ficando doentes. (grifos nossos)

34. Dessa forma, se antes os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias precisavam comprovar a efetiva exposição, caso a caso, aos agentes químicos, físicos ou biológicos para a percepção de adicional de insalubridade, como os demais servidores do Distrito Federal, a partir da indigitada emenda constitucional entende-se que tais trabalhadores, **desde que desempenhando efetivamente as atribuições de seu cargo**, passaram a ter a condição insalubre de

⁵ Nota de rodapé original n.º 4: Trata das atividades e operações insalubres em razão de agentes biológicos, entre os quais trabalhos e operações em **contato permanente com pacientes**, animais ou com **material infecto-contagante**, em: - hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e **outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana** (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

⁶ Nota de rodapé original n.º 5: Tramitação e documentos em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pec22-2011-cd>. Acesso em 23/08/2023.

seu ofício reconhecida a priori, diretamente pelo texto constitucional, sendo desnecessário o reconhecimento caso a caso para que haja a concessão do adicional de insalubridade.

35. Nada obstante, assiste razão aos órgãos jurisdicionados quanto à ausência de previsão do grau de insalubridade a que estariam submetidos os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, o que, por outro lado, não pode ser empecilho para que a Administração cumpra o expreso comando constitucional.

36. Dessa forma, considera-se procedente a representação quanto ao não pagamento do adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, devendo a SEPLAD/DF e a SES/DF adotarem as medidas necessárias e suficientes a fim de dar efetivo cumprimento ao comando constitucional insculpido § 10 do artigo 198 da CRFB, na redação da EC nº 120/2022, com a devida regulamentação do grau de insalubridade a que estão submetidos os citados servidores, sem olvidar que tais trabalhadores, desde que desempenhando efetivamente as atribuições de seu cargo, passaram a ter a condição de trabalho insalubre reconhecida a priori, diretamente pelo texto constitucional, restando pendente apenas a análise do grau de insalubridade a que estão submetidos.

DO PISO SALARIAL – EC Nº 120/2022

37. O artigo 198, § 5º da CRFB, na redação da EC 63/2010, estabeleceu que lei federal fixará o piso salarial profissional nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar.

38. Por sua vez, a Lei nº 12.994/2014 fixou, inicialmente, o piso salarial profissional nacional no valor de R\$ 1.014,00 e fixou a assistência financeira complementar da União em 95% do piso salarial.

39. Posteriormente, aparentemente diante da não efetividade do comando constitucional no que se refere ao pagamento da remuneração mínima às categorias, a EC 120/2022 incluiu os §§ 7º a 11 ao artigo 198 da CRFB, nos seguintes termos:

Art. 198.

*§ 7º O **vencimento** dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias **fica sob responsabilidade da União**, e cabe aos **Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios** estabelecer, além de **outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações**, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.*

*§ 8º Os **recursos destinados ao pagamento do vencimento** dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias serão consignados no **orçamento geral da União** com dotação própria e exclusiva.*

*§ 9º O **vencimento** dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias **não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União** aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.*

§ 10. Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento **do vencimento** ou de qualquer outra vantagem dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

40. Conforme exposição de motivos da então PEC 22/2011⁷:

A Emenda Constitucional ora apresentada vem somar com o texto existente na Constituição Federal, acrescentando alterações necessárias ao pleno atendimento dos interesses manifestados por ambas as categorias profissionais, preparadas que estão para orientar as famílias a cuidarem de sua própria saúde, e envolvidas na prevenção de doenças e promoção da saúde, cuja redação **visa garantir constitucionalmente o correto emprego dos recursos destinados à área de saúde, sem que haja desvirtuamento a critério dos gestores estaduais e municipais.**

Ademais disso, **o Ministério da Saúde repassa para os municípios todos os meses o valor de quase dois salários mínimos por agente (1,4 salário mínimo) para reforçar o pagamento da remuneração, muitas vezes esses valores não chegam em sua totalidade no bolso desses profissionais.**

(grifos nossos)

41. Dessa forma, observa-se que o objetivo da PEC 22/2011, que deu origem à EC 120/2022, foi, entre outros, estabelecer constitucionalmente o valor mínimo do piso salarial profissional nacional, a ser fixado por lei federal e repassado integralmente pela União aos entes subnacionais.

42. Nesse sentido, cumpre destacar que a aplicação do piso salarial profissional nacional aos servidores estatutários dos entes subnacionais foi declarada constitucional pelo STF quando do julgamento do RE 1.279.765/BA, oportunidade em que restou fixado o alcance da expressão 'piso salarial'.

43. Quando do julgamento do RE 1.279.765/BA, o STF deu parcial provimento ao recurso extraordinário para, reformando em parte o acórdão recorrido, determinar que, na implementação do pagamento do piso nacional da categoria aos servidores estatutários municipais, fosse considerada a interpretação conferida à expressão 'piso salarial', nos termos do voto do Ministro Relator, deliberando, em seguida, por fixar a tese de repercussão geral em assentada posterior (Tema 1132).

44. Naquela oportunidade, o Juízo a quo havia determinado que o Município de Salvador/BA pagasse o **piso nacional a título de vencimento básico do cargo**, assim como requer o representante nos presentes autos.

45. Entretanto, o respectivo recurso extraordinário foi parcialmente provido pelo STF para reformar o acórdão recorrido no que o juízo a quo concluiu que, no cálculo do piso salarial, não pode ser computada qualquer outra verba, tais como gratificações ou vantagens, entendendo o STF, conseqüentemente, que **o piso salarial não é composto exclusivamente pelo vencimento básico do cargo.**

46. Seguem excertos elucidativos do voto condutor da referida decisão que deu parcial provimento ao recurso extraordinário, que delimitam o alcance da expressão 'piso salarial':

⁷ Nota de rodapé original n.º 6: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500843>. Acesso em 08/11/2023.

Nada obstante, o Juízo a quo determinou que o Município pague o piso nacional a título de vencimento básico do cargo, sobre o qual devem recair todas as demais verbas oriundas da relação de trabalho (férias simples, acrescidas de 1/3, 13º salários, gratificações, descanso semanal remunerado, adicionais por tempo de serviço, progressões verticais e horizontais, avanços de nível, horas extras, outros adicionais e demais parcelas salariais e remuneratórias), mesmo compreendendo que a gratificação por avanço de competência é verba que se agrega sempre ao vencimento inicial, e que a medida determinada tem potencial para afetar as finanças do Município, conforme consignou no acórdão recorrido (fl. 6-10, Vol. 8):

[...]

No caso em exame, o Município, dentro da competência que lhe conferiu a Constituição Federal (art. 18, caput, art. 29, caput, art. 30, I e III, e art. 60, § 1º II, 'a' e 'c', § 4º I), e autorizado pelo art. 8º da Lei Federal 11.350/2006, optou por vincular os agentes de saúde e de combate às endemias ao regime estatutário próprio, e fixou a remuneração mínima inicial como sendo o vencimento do cargo acrescido da gratificação por avanço de competência, a qual é paga em caráter geral e permanente a toda a categoria.

Logo, não se vislumbra descumprimento da lei federal, tampouco descompasso com os preceitos do art. 198, § 5º da CARTA MAGNA.

*Não é o nomen iuris que define o conteúdo da verba salarial, e sim a função que ele exerce na composição da remuneração. **Se todos da categoria ingressam no cargo recebendo vencimento mais gratificação genérica, desvinculada das condições de trabalho específicas de cada servidor e dos seus méritos individuais, tal retribuição pecuniária cumpre a função de piso salarial predisposta na norma constitucional, ainda que nomeada como 'remuneração mínima.'***

[...]

Nesse contexto, a expressão piso salarial deve ser interpretada como a contraprestação pecuniária mínima paga ao profissional da categoria acrescida das verbas fixas, genéricas e permanentes, pagas indistintamente a toda a categoria, e que sejam desvinculadas de condições de trabalho específicas de cada servidor, e não tenham por base critérios meritórios individuais.

[...]

Assim, considerando todo o exposto relativamente à autonomia municipal, o acórdão merece ser parcialmente reformado no que concluiu que, no cálculo do piso salarial, não pode ser computada qualquer outra verba, tais como gratificações ou vantagens.

Conforme já citado na fundamentação, no ano de 2022 sobreveio a Lei 9.646, do Município do Salvador, que alterou inteiramente a disciplina da matéria. Tendo em vista seus efeitos prospectivos, não influi no resultado desta causa.

(grifos conforme original)

47. Na sequência, restou definida a seguinte tese (Tema de Repercussão Geral nº 1132):

I - É constitucional a aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, instituído pela Lei 12.994/2014, aos servidores estatutários dos entes subnacionais, em consonância com o art. 198, § 5º da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 63/2010 e 120/2022,

cabendo à União arcar com os ônus da diferença entre o piso nacional e a legislação do ente municipal;

*II - Até o advento da Lei 9.646/2022, a expressão 'piso salarial' para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias **corresponde à remuneração mínima**, considerada, nos termos do art. 3º inciso XIX, da Lei 8.629/2014, somente a soma do vencimento do cargo e da gratificação por avanço de competências.*

48. Impende esclarecer que as Leis nº 8.629/2014 e nº 9.646/2022, mencionadas no item II retro, são normativos do Município de Salvador. A primeira dispõe sobre o plano de cargos e vencimentos dos servidores municipais, dispondo em seu artigo 3º inciso XIX, que a remuneração mínima dos servidores municipais é o vencimento do cargo acrescido da gratificação por avanço de competências; e a segunda dispõe sobre o novo regime jurídico aplicável aos agentes de saúde alcançados pela EC 120/2022, registrando, no parágrafo único do artigo 1º que 'o vencimento inicial do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias não será inferior a 02 (dois) salários mínimos'.

49. Assim, destaca-se que, no caso do Município de Salvador, a celeuma restou resolvida, a princípio, a partir da Lei Municipal nº 9.646/2022, que ao fixar o vencimento inicial em 02 (dois) salários mínimos, acabou por obedecer ao comando da EC 120/2022.

50. Portanto, retificando-se o entendimento esposado na Informação nº 62/2023 (peça 58), tendo em vista a interpretação conferida pelo STF quando do julgamento do RE 1.279.765/BA, a expressão 'piso salarial' corresponde à remuneração mínima, sendo composto pelo vencimento básico e pelas verbas fixas, genéricas e permanentes, pagas indistintamente a toda a categoria, excluídas apenas as parcelas de caráter pessoal, razão pela qual se entende que não assiste razão ao sindicato representante.

51. De toda forma, cumpre destacar que a concessão de aumentos remuneratórios, além de necessitar de estudos administrativos, orçamentários e financeiros, a fim de se cumprir a legislação específica, não pode ser objeto de determinação deste Tribunal, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos Poderes e à competência legislativa privativa do Governador para propor o respectivo projeto de lei, sem olvidar que o vencimento básico é responsabilidade da União, conforme § 7º do artigo 198 da CRFB.

52. Em situação semelhante, envolvendo representação pelo não pagamento da terceira parcela do reajuste previsto para setembro de 2015 para diversas carreiras do DF, autorizado por diversas leis distritais, este Tribunal determinou apenas o acompanhamento do controle da despesa de pessoal, ante as justificativas então apresentadas pelo Distrito Federal e tendo em vista a ausência de respaldo legal para que esta Corte de Contas determinasse ou autorizasse o pagamento de aumentos remuneratórios.

DA PARIDADE REMUNERATÓRIA – LEI FEDERAL Nº 11.350/2006

53. O artigo 9º-G, inciso I, da Lei federal nº 11.350/2006, na redação da Lei federal nº 12.994/2014, determina, entre as diretrizes a que devem obedecer os planos de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, a remuneração paritária entre os citados trabalhadores.

54. Com base na mencionada previsão, o sindicato representante alega irregularidade na divergência entre a tabela salarial da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal prevista na Lei distrital nº 5.237/2013 e a prevista para os ocupantes dos empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias federais na Lei federal nº 11.350/2006.

55. Entretanto, observa-se que o referido artigo 9º-G, inciso I, da Lei federal nº 11.350/2006, na redação da Lei federal nº 12.994/2014 não determina, como diretriz para a formulação dos planos de carreira nos entes federativos, a paridade remuneratória com a União.

56. Dessa forma, considera-se improcedente a representação quanto ao ponto.

57. De toda forma, conforme enunciado da Súmula Vinculante 37, 'não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia', vedação que se estende a este Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

CONCLUSÕES

58. Quanto ao adicional de insalubridade, considera-se procedente a representação, tendo em vista que a partir da EC nº 120/2022 entende-se que os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, **desde que desempenhando efetivamente as atribuições de seu cargo**, passaram a ter a condição insalubre de seu ofício reconhecida a priori, diretamente pelo texto constitucional, sendo desnecessário o reconhecimento caso a caso para que haja a concessão do adicional.

59. Nesse sentido, deve a SEPLAD/DF e a SES/DF adotarem as medidas necessárias e suficientes a fim de dar efetivo cumprimento ao comando constitucional insculpido § 10 do artigo 198 da CRFB, na redação da EC nº 120/2022, com a devida regulamentação do grau de insalubridade a que estão submetidos os citados servidores.

60. Com relação ao 'piso salarial', entende-se que não assiste razão ao sindicato representante, tendo em vista a interpretação conferida pelo STF quando do julgamento do RE 1.279.765/BA à expressão 'piso salarial', que corresponde à remuneração mínima, sendo composto pelo vencimento básico e pelas verbas fixas, genéricas e permanentes, pagas indistintamente a toda a categoria, excluídas apenas as parcelas de caráter pessoal.

61. De toda forma, a concessão de aumentos remuneratórios, além de necessitar de estudos administrativos, orçamentários e financeiros, a fim de se cumprir a legislação específica, não pode ser objeto de determinação deste Tribunal, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos Poderes e à competência legislativa privativa do Governador para propor o respectivo projeto de lei.

62. Acerca da paridade remuneratória com os servidores federais supostamente prevista na Lei federal nº 12.994/2014, considera-se improcedente a representação, uma vez que a previsão contida na indigitada lei federal não diz respeito à paridade dos servidores municipais, distritais e estaduais com os empregados da União como tenta fazer crer o sindicato.

63. Ademais, conforme enunciado da Súmula Vinculante 37, 'não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia', vedação que se estende a este Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

SUGESTÕES

64. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

I. ter por cumprida a Decisão nº 3.297/2023;

II. considerar parcialmente procedente a representação em análise, quanto ao não pagamento do adicional de insalubridade, tendo em vista que os trabalhadores que menciona o § 10 do artigo 198 da CRFB, na redação da EC nº 120/2022, **desde que desempenhando efetivamente as atribuições de seu cargo**, passaram a ter a condição de trabalho insalubre reconhecida a priori, diretamente pelo texto constitucional, restando pendente apenas a regulamentação acerca do grau de insalubridade a que estão submetidos;

III. determinar à SEPLAD/DF e à SES/DF que adotem as medidas necessárias e suficientes a fim de dar efetivo cumprimento ao comando constitucional insculpido § 10 do artigo 198 da CRFB, na redação da EC nº 120/2022, com a devida regulamentação do grau de insalubridade a que estão submetidos os citados servidores, o que será objeto de verificação em futura fiscalização;

IV. deliberar a respeito do pedido de sustentação oral veiculado na exordial, na forma do art. 136 da Resolução nº 296/2016 (RI/TCDF);

V. dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao representante, por meio de seu representante legal, Ulisses Riedel de Resende, inscrito na OAB/DF sob o n.º 968, conforme requerido na exordial;

VI. autorizar o arquivamento do feito." (destaques originais)

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 1061/2023 – G3P/CF (e-DOC 97AADF14-e, peça 63), de 22.11.2023, após sintetizar o presente feito, aquiesceu às sugestões do corpo instrutivo, conforme transcrito a seguir:

"68. O Corpo Técnico, de forma detalhada, tratou de cada demanda carreada pelo sindicato SINDIVACS/DF, observando as legislações pertinentes, bem como a recente manifestação da Suprema Corte, mediante o Tema 1132, de Repercussão Geral, que impactou, diretamente, em suas manifestações, consubstanciadas na Informação nº 80/2023 (peça 61).

69. Ressalta-se, por oportuno, que o TJDFT, em recente manifestação, prolatou o Acórdão nº 1761252⁸, de 28/9/2023, por meio do qual

⁸ Nota de rodapé original n.º 6: "APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. RESSARCIMENTO DE VALORES. ERRO OPERACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TEMA 1009 STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO VINCULANTE. EFEITO 'EX NUNC'. ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL SUPERVENIENTE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE GARANTIDA AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. DEVOLUÇÃO INDEVIDA. ERRO OPERACIONAL. INEXISTÊNCIA NO MUNDO JURÍDICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. VALOR DA CAUSA. 1. Em 10/3/2021 (trânsito em julgado em 4/2/2022), a 1ª Seção do STJ finalizou o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.769.306/AL e nº 1.769.209/AL e fixou a seguinte tese: 'os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela

reconheceu que a EC 120/2022 ‘... garantiu a percepção do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias (Agentes de Vigilância Ambiental) ...’. (EMENTA, itens 7 e 8)

70. *Necessário, por fim, destacar que o referido adicional deve ser pago, conforme bem exposto pela Equipe Técnica, àqueles que, efetivamente, desempenharem as atribuições do cargo, calculando-se o grau de insalubridade mediante laudo (LTCAT), para que não ocorra dispêndio indiscriminado dos recursos públicos, a exemplo do que se combate na Representação do MPC nº 45/2023⁹ - G2P, processo nº 00600-00015002/2023-20-e.*

71. *Por todo o exposto, especialmente o contido nas conclusões, transcritas no parágrafo 62, este Parquet acompanha a Equipe, para aquiescer com as sugestões colacionadas no parágrafo 63.” (destaques originais)*

Considerando o pleito para que fosse oportunizada sustentação oral da entidade representante “quando da remessa dos autos ao Plenário para julgamento”, mediante o Despacho Singular n.º 700/2023 (e-DOC 7131EC89-e, peça 67), a data de 21.02.2024 foi fixada para a manifestação requerida, nos termos do § 1º, art. 136 da Resolução n.º 296/2016.

O patrono do SINDIVACS/DF foi cientificado da decisão monocrática por meio do Ofício n.º 10856/2023-GP (e-DOC 504CD9EF-e, peça 68) e recibo de e-DOC B66A375F-e (peça 69).

Na data marcada foi realizada a sustentação oral das razões da defesa e, nos termos da Decisão n.º 337/2024 (e-DOC 74AA830B, peça 71), adiada a discussão da matéria, à vista dos argumentos apresentados pela defendente, além da concessão de dez dias para juntada de memoriais.

Administração, estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido’ (Tema 1009). 2. O STJ modulou os efeitos da decisão e firmou entendimento no sentido de que os efeitos definidos no acórdão representativo da controvérsia somente devem atingir os processos que tenham sido distribuídos, na primeira instância, a partir da publicação do acórdão paradigma. 3. O Decreto Distrital nº 40.924/2020 declarou o estado de calamidade pública no Distrito Federal, em razão da pandemia causada pelo SARS-Cov-2 (covid-19). 4. Com a edição do Decreto Distrital nº 40.924/2020, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância Ambiental de Saúde passaram a perceber adicional de insalubridade. 5. O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT 2020; número 85648290) estipulou os seguintes requisitos para a concessão do adicional de insalubridade aos servidores substituídos: a) a partir do estado de emergência (28/2/2020); b) ‘até que se perdure este cenário de pandemia’; c) desde que os servidores estejam em plena atividade laboral e executando as atividades elencadas no documento’. 6. Em 5/5/2022, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 120/2022 que acrescentou o § 10º ao artigo 198 da Constituição Federal, com a seguinte redação: ‘Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.’ 7. O Decreto que encerrou a calamidade pública no DF foi publicado em 18/4/2022 e menos de vinte dias depois, a **Emenda Constitucional nº 120/2022 garantiu o adicional de insalubridade aos substituídos** (promulgada em 5/5/2022). 8. **A alteração constitucional superveniente que garantiu a percepção do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias (Agentes de Vigilância Ambiental) prejudica o pedido de devolução de ressarcimento de valores, visto que não subsiste mais o erro operacional no mundo jurídico.** 9. O § 2º do art. 85 do CPC determina que o Juiz deve adotar como base de cálculo o valor da condenação, o proveito econômico obtido ou o valor atualizado da causa. 10. Recurso conhecido e parcialmente provido. Remessa necessária conhecida e parcialmente provida.’ (grifo não constante do original)

⁹ Nota de rodapé original n.º 7: A propósito, é importante salientar que o MPCDF recebeu a seguinte denúncia: ‘FATO 3 – Estaria em curso pleito de servidores da carreira PPGG (dentre eles, egressos do SLU), do cargo especialista em saúde e aqueles oriundos do Ministério da Saúde (do extinto Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS) que foram lotados na SES, os quais almejam receber a Indenização de Transporte, sem, contudo, atuarem em campo. Informa que o pleito consta no processo SEI-GDF nº 00060- 00221980/2022-82’. Referido processo trata da solicitação da Gerência Administrativa da Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde – SES/DF (Memorando Nº 52/2022 - SES/SVS/DIVAL/GEADM, de 06/05/2022) para que a concessão da indenização de transporte seja ampliada para todos os servidores daquela Diretoria (DIVAL), vez que atualmente ela é concedida aos servidores da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde, conforme autorização contida no art. 22 da Lei nº 5.237/2013. A matéria foi objeto da Representação do MPC nº 45/2023 – G2P, que está em curso nos autos nº 15002/23.

A representante apresentou os aludidos memoriais (e-DOC [8B73AA93-e](#), peça 73) no prazo estabelecido.

Desse modo, esta fase processual presta-se ao exame de mérito da exordial, após manifestações do órgão jurisdicionado.

É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos, nesta fase, do **exame de mérito da Representação** com pedido de medida cautelar, oferecida pelo Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários do Distrito Federal – Sindivascs/DF, por meio de seus patronos, em razão de supostas irregularidades na omissão da Administração Pública em efetivar o pagamento do piso salarial e do adicional de insalubridade, na forma prescrita na Emenda Constitucional n.º 120/2022 (e-DOC FD649B02-e, peça 19 e anexos).

O Sindivascs/DF requer especificamente o seguinte:

“a) A admissão da presente representação por atendimento aos pressupostos contidos no art. 1º, XIX, e art. 230, VIII, § 2º, da Resolução nº 296/2016;

b) A intimação da Secretaria de Estado de Saúde – SES e da Secretaria de Estado de Economia – SEEC para que se manifestem no presente feito;

*c) Com fulcro no art. 277, e art. 119, § 3º, da Resolução nº 296/2016, a **concessão de medida cautelar** em face à mora administrativa e ao prejuízo financeiro e funcional sofrido pelos servidores, a fim de **determinar o pagamento dos adicional de insalubridade aos servidores representados pelo Sindicato Representante, no percentual de 10% (dez por cento)**, dando efetividade ao disposto na Constituição, incluído pela EC nº 120/2022, que acrescentou o §10 ao art. 198, até que sejam elaborados os LTCATS individuais ou coletivos, de acordo com a fundamentação exposta na presente peça e que ocorra o julgamento de mérito pelo Plenário da presente demanda;*

*d) No mérito, a procedência da presente representação, determinando-se à SES/DF e a SEEC que adotem os procedimentos necessários a fim de implementarem o que preceitua a EC nº 120/2022 relativamente a concessão do **adicional de insalubridade**, bem como que procedam em prazo estabelecido por esta Corte de Contas, os procedimentos necessários para a elaboração de LTCAT em favor dos servidores representados e implementação do percentual devido aos servidores;*

*d) No mérito, a procedência da presente representação, a fim de que seja determinado ao Distrito Federal a observância de piso salarial aos servidores em consonância com o art. 198, § 5º, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 63/2010 e 120/2022, **entendendo-se como piso salarial o valor relativo ao vencimento básico**;*

*e) No mérito, a procedência da presente representação, a fim de que seja determinado ao Distrito Federal que proceda com a **paridade remuneratória** dos servidores integrantes da carreira Vigilância Ambiental e Atenção Comunitária à Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, criada pela Lei Distrital nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013, **com a tabela salarial prevista no anexo da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006**, de acordo com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.170, de 2023;*

f) Seja facultada a parte representante nos termos do art. 128, e art. 230, § 3º, da Resolução nº 296/2016, a apresentação das provas que se fizerem necessárias para o deslinde do feito, inclusive sendo oportunizado a parte representante quando da remessa dos autos ao

Plenário para julgamento realizar sustentação oral na forma do art. 136 da Resolução nº 296/2016;

g) Que as intimações e publicações sejam feitas preferencialmente em nome do Dr. ULISSES RIEDEL DE RESENDE, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 968.” (destaques originais)

A Representação foi conhecida por meio da **Decisão n.º 3.297/2023**, que também fixou prazo para que a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – Seplad/DF e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF prestassem esclarecimentos quanto aos fatos representados, nos termos do art. 277, § 3º, do RI/TCDF.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 80/2023 – 2ª Difipe (e-DOC DF471694-e, peça 61), sistematizou as alegações dos representantes nos seguintes tópicos centrais:

“1) não pagamento do adicional de insalubridade previsto na EC nº 120/2022;

2) não pagamento do piso salarial previsto na EC nº 120/2022;

3) não observância da paridade remuneratória prevista na Lei federal nº 11.350/2006 (na redação da Lei federal nº 12.994/2014).”

Analisando o feito, a Sefipe/TCDF pontuou que a partir da Emenda Constitucional n.º 120/2022, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, caso desempenhem efetivamente as atribuições dos cargos, *“passaram a ter a **condição insalubre de seu ofício reconhecida a priori**, diretamente pelo texto constitucional, sendo desnecessário o reconhecimento caso a caso para que haja a concessão do adicional de insalubridade”*. Na sequência, a instrução adverte sobre o silêncio da norma quanto ao grau de insalubridade não autorizar a Administração a descumprir o texto constitucional. Conclui, então, pela procedência da Representação nesse primeiro ponto.

Sobre o **piso salarial**, a unidade instrutiva explicou que não é composto exclusivamente pelo vencimento básico do cargo, conforme entendimento fixado pelo STF no RE 1.279.765/BA, correspondendo, assim, além do vencimento básico, as *“verbas fixas, genéricas e permanentes, pagas indistintamente a toda a categoria, excluídas apenas as parcelas de caráter pessoal”*. Por esse motivo conclui não assistir razão ao representante, no segundo ponto.

Quanto à **paridade remuneratória**, a Sefipe/TCDF adverte sobre a impossibilidade de determinação desta Corte, ante a separação dos poderes. Ademais, complementa: *“o referido artigo 9º-G, inciso I, da Lei federal nº 11.350/2006, na redação da Lei federal nº 12.994/2014 não determina, como diretriz para a formulação dos planos de carreira nos entes federativos, a paridade remuneratória com a União”*. Assim, considera também improcedente o terceiro item.

O MPJTCDF aquiesce às sugestões propostas pela unidade instrutiva.

Após compulsar os autos, tenho que o encaminhamento aventado pelos órgãos instrutivo e ministerial merece acolhida pelo Plenário desta Corte de Contas. Explico.

Com efeito, sobre o pagamento do adicional de insalubridade, assim dispõe a Emenda Constitucional n.º 120, de 5 de maio de 2022:

“Art. 1º O art. 198 da [Constituição Federal](#) passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º 8º 9º 10 e 11:

‘Art. 198.

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.’ (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”

A propósito, no âmbito do Distrito Federal, como pontuado pela Sefipe/TCDF, a Lei distrital n.º 5.237/2013 e a Portaria Conjunta n.º 06/2023, definem que “os Agentes de Combate às Endemias correspondem ao cargo de Agente de Vigilância Ambiental em Saúde, conforme se observa das atribuições do cargo”.

Nessa condição, o advento da aludida emenda concedeu o direito ao recebimento do adicional de insalubridade para os servidores, cuja condição necessária é o efetivo exercício das atribuições do cargo. Assim, a ausência de detalhamento quanto ao grau de exposição aos agentes nocivos não pode sobrepor o texto constitucional e impedir o recebimento do adicional.

Por isso devem os órgãos jurisdicionados providenciar a regulamentação necessária para definir o grau de insalubridade que estão submetidos os servidores, visando dar efetivo cumprimento ao comando constitucional insculpido no § 10 do art. 198 da CRFB, transcrito alhures, na forma proposta pela Sefipe/TCDF, com acréscimo no sentido de fixar o prazo de 30 (trinta) dias para dar cumprimento à determinação.

Quanto ao **piso salarial não inferior a dois salários-mínimos**, também previsto na emenda transcrita, convém trazer à colação excerto do Informativo 1113¹⁰ - Supremo Tribunal Federal – STF, sobre a tese fixada no Tema n.º 1132, de repercussão geral. A ele:

“RE 1279765 / BA

¹⁰ Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumerolIncidente=%22RE%201279765%22&base=informativos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true

Órgão julgador: Tribunal Pleno

Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES

Julgamento: 19/10/2023 (Virtual)

Ramo do Direito: Administrativo, Constitucional

Matéria: Servidor Público Civil; Sistema Remuneratório e Benefícios; Piso Salarial/Separação de Poderes; Entes Federados; Autonomia Administrativa

Agentes comunitários de saúde e de combate às endemias: aplicação do piso salarial nacional aos servidores estatutários dos entes subnacionais

Tese fixada

'I - É constitucional a aplicação do piso salarial nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, instituído pela Lei 12.994/2014, aos servidores estatutários dos entes subnacionais, em consonância com o art. 198, § 5º da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 63/2010 e 120/2022, cabendo à União arcar com os ônus da diferença entre o piso nacional e a legislação do ente municipal; II - Até o advento da Lei 9.646/2022, a expressão 'piso salarial' para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias corresponde à remuneração mínima, considerada, nos termos do art. 3º inciso XIX, da Lei 8.629/2014, somente a soma do vencimento do cargo e da gratificação por avanço de competências.'

Resumo

Os agentes comunitários de saúde e os de combate às endemias dos municípios, estados e do Distrito Federal fazem jus ao piso salarial fixado em lei federal, devendo a União arcar com os ônus da diferença entre o piso nacional e o previsto pela legislação dos entes subnacionais.

O texto constitucional estabelece expressamente que o piso salarial desses servidores será disposto em lei federal, e que a União, nos termos da lei, deverá prestar assistência financeira complementar aos demais entes federativos (1).

Nesse contexto, não há invasão da competência dos entes menores para definir o regime dos seus servidores, porque se trata apenas do estabelecimento de uma contraprestação mínima, o que não impede que os entes federativos prevejam outras parcelas para compor a remuneração final.

De todo modo, a expressão 'piso salarial' há de ser interpretada como a contraprestação pecuniária mínima paga ao profissional da categoria, acrescida tão somente das verbas fixas, genéricas e permanentes, conferidas indistintamente a toda a categoria e desvinculadas de condições de trabalho específicas de cada servidor ou critérios meritórios individuais. (...)" (Destaques originais e acrescidos)

Extraí-se do entendimento transcrito que poderão ser incluídas outras rubricas "fixas, genéricas e permanentes, conferidas indistintamente a toda a categoria" no cômputo do piso salarial.

Nesse condão, colhe-se da informação trazida pela Diretoria de Carreiras e Remuneração da Unidade de Administração de Carreiras e Empregos Públicos da então Secretaria de Estado de Economia do DF (e-DOC E2C4F2A2-c, peça

50, págs. 2 e 3), que a remuneração dos servidores distritais supera o valor estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 120, de 5 de maio de 2022. Logo, não assiste razão ao SINDIVASCS/DF, nesta segunda questão.

No que pertine ao terceiro item, paridade remuneratória com os servidores federais, também não assiste razão ao representante. Isso porque se busca, na inicial, a equiparação da remuneração dos servidores distritais com aquela paga aos servidores federais. Entretanto, a norma não prevê a tabela remuneratória dos servidores federais como parâmetro obrigatório para os demais entes federados. Se a norma estabelecesse tal equiparação, não seria necessária uma emenda à Constituição visando prever piso salarial em âmbito nacional para toda a categoria. Por pertinente, peço licença para transcrever o seguinte excerto da instrução processual:

“50. A interpretação do representante encontra óbice no estabelecimento de piso salarial profissional nacional pela mesma Lei federal nº 11.350/2006 e no próprio estabelecimento de vencimento básico mínimo de 02 (dois) salários-mínimos pela EC nº 120/2022, previsões que seriam desnecessárias caso houvesse a vinculação dos demais entes federativos à tabela salarial estabelecida pela União, como pretende o SINDIVACS/DF.”

Cumpre registrar, em adendo, que a Lei federal n.º 14.673/2023 (decorrente da Medida Provisória n.º 1.170/2023), não prevê tal equiparação em seu Anexo LIX. A norma trata, em realidade, sobre a “remuneração de servidores e de empregados públicos do Poder Executivo federal”. Improcedente, pois, a Representação nesse terceiro ponto. Dessa forma, por considerar que não merecem reparos, adoto, como razões de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 80/2023 – 2ª Difipe (e-DOC DF471694-e, peça 61), corroborada *in totum*, pelo *Parquet* especial.

Por fim, em razão da procedência parcial da Representação na forma proposta pela unidade instrutiva, deve esta Corte considerar, também, a perda de objeto da cautelar requerida na exordial.

Ante o exposto, em harmonia com os órgãos instrutivo e ministerial, e com o acréscimo que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. conheça:
 - a) da documentação carreada ao feito pelos jurisdicionados (peças 44 a 53);
 - b) da Informação n.º 80/2023 – 2ª Difipe (e-DOC DF471694-e, peça 61);
 - c) do Parecer n.º 1061/2023-G3P/CF (e-DOC 97AADF14-e, peça 63); e
 - d) dos memoriais de e-DOC [8B73AA93-e](#) (peça 73);
- II. considere:
 - a) cumprida a Decisão n.º 3.297/2023;
 - b) no mérito, parcialmente procedente a Representação em análise, quanto ao não pagamento do adicional de insalubridade, tendo em vista que os trabalhadores que menciona o § 10 do art. 198 da CRFB, na redação da Emenda Constitucional n.º 120/2022, **desde que desempenhando efetivamente as atribuições de**

seu cargo, passaram a ter a condição de trabalho insalubre reconhecida a *priori*, diretamente pelo texto constitucional, restando pendente apenas a regulamentação acerca do grau de insalubridade a que estão submetidos;

- c) a perda de objeto da cautelar requerida na exordial, em razão do exposto na alínea “b” precedente;
- III. determine à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que adotem, **no prazo de 30 (trinta) dias**, as medidas necessárias e suficientes a fim de dar efetivo cumprimento ao comando constitucional insculpido § 10 do artigo 198 da CRFB, na redação da Emenda Constitucional n.º 120/2022, com a devida regulamentação do grau de insalubridade a que estão submetidos os citados servidores, o que será objeto de verificação em futura fiscalização;
- IV. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao representante, por meio de seu representante legal, Ulisses Riedel de Resende, inscrito na OAB/DF sob o n.º 968, conforme requerido na exordial; e
- V. autorize o retorno dos autos à Sefipe/TCDF, para o arquivamento do feito.

Sala das Sessões, 13 de março de 2024

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator